

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE MANAUS/AM

Valéria Augusta C. de M. Weigel¹
Ana Rafaela Gonçalves Ferreira²

RESUMO:

Os efeitos catastróficos da crise ambiental no ambiente estão cada vez mais evidentes em níveis globais e locais. Suas consequências também já são visíveis no ambiente escolar, em que podemos perceber várias manifestações da questão socioambiental. Nesse sentido, os grandes questionamentos são em torno da criação de alternativas sustentáveis que possam reverter essa realidade. É nesse contexto que surge a Educação Ambiental, considerada um instrumento importante no desenvolvimento de práticas de sustentabilidade. Nessa pesquisa buscou-se analisar as práticas pedagógicas de Educação Ambiental em duas escolas municipais de Manaus, tendo como fundamento a Agenda Ambiental Escolar definida pela Secretaria Municipal de Educação/SEMED. Desse modo, as práticas pedagógicas de Educação Ambiental das duas escolas mostraram-se incipientes, abordando de forma inadequada as questões socioambientais e suas implicações na sociedade e no contexto escolar, o que remete a uma prática conservadora da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental; processos educativos; agenda ambiental escolar.

ABSTRACT

The catastrophic effects of the environmental crisis on the environment are increasingly evident at global and local levels. Their consequences are also already visible in the school environment where we can perceive various manifestations of the socio-environmental issue. In this sense, the big questions are about the creation of sustainable alternatives that can reverse this reality. It is in this context that Environmental Education appears, considered an important instrument in the development of sustainability practices. This research aimed to analyze the pedagogical practices of Environmental Education in two municipal schools in Manaus, based on the Environmental School Schedule defined by the Municipal Education Department / SEMED. Thus, the pedagogical practices of Environmental Education of the two schools were incipient, addressing inappropriately the socio-environmental issues and their implications in society and in the school context, which refers to a conservative practice of Environmental Education.

Keywords: Environmental education; Educational processes; School environmental Schedule.

Introdução

Atualmente há uma grande preocupação de todos os setores da sociedade com os efeitos da degradação ambiental. Essas questões se colocam como um grande desafio, principalmente aos educadores: pensar em ações educativas para formar indivíduos capazes de refletir sua relação com a sociedade e o ambiente, para garantir qualidade de vida e condições de sobrevivência na Terra para as atuais e futuras gerações. Nesse contexto, a Educação Ambiental

¹ Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora associado II da Universidade Federal do Amazonas; valeriaweigel@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas, professora da Secretaria Municipal de Educação. ana_servsocial@hotmail.com

“com sua dimensão abrangente, é uma forte aliada para reorientar a educação em direção à sustentabilidade” (TRISTÃO, 2004, p. 55).

Em Manaus, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus/SEMED afirma que articula e dissemina a Educação Ambiental em escolas municipais por meio de proposta apresentada no documento Agenda Ambiental Escolar, destinado a orientar a formulação de uma Agenda Ambiental específica em cada escola.

Nesse sentido, este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa que investigou a forma como estava sendo desenvolvida a Educação Ambiental em duas escolas municipais de Manaus. Nessa análise mostram-se alguns aspectos das ações previstas no modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental Escolar da SEMED e nas Agendas Ambientais das escolas pesquisadas, bem como das práticas pedagógicas dos educadores. Para tanto, tivemos como questão norteadora a seguinte pergunta: de que forma a prática pedagógica da Educação Ambiental estava sendo efetivada nas escolas municipais de Manaus?

A proposta da pesquisa foi contribuir para o debate sobre a Educação Ambiental no contexto das escolas municipais de Manaus, e também para a compreensão de como o contexto socioambiental está inserido na dinâmica cultural dos educandos, sabendo da importância disso para a abordagem efetiva da Educação Ambiental no caminho para o alcance da sustentabilidade.

Sendo assim, essa pesquisa teve por objetivo geral analisar as práticas pedagógicas de Educação Ambiental em duas escolas municipais de Manaus, objetivando especificamente caracterizar a efetivação dessas práticas pedagógicas de Educação Ambiental, desenvolvidas nas escolas *locus* da pesquisa a partir da Agenda Ambiental Escolar.

Metodologia

A pesquisa utilizou o método hermenêutico-dialético, que, segundo Minayo (2009), é capaz de dar conta de uma interpretação mais aproximada da realidade. Esse método coloca a fala e as ações em seu contexto para entendê-los a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que são produzidos.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa configurou-se como um processo que envolveu uma abordagem qualitativa mediante três percursos interdependentes e complementares: **a)** estudo bibliográfico – realizado durante todo o processo da investigação, para subsidiar a discussão das principais categorias teóricas do estudo (Cultura; Sustentabilidade e Educação Ambiental); **b)** análise documental – em que foram levantados

dados/informações a partir da análise da Agenda Ambiental Escolar da SEMED (2009), tomada como modelo técnico – pedagógico para a formulação das Agendas Ambientais das escolas municipais de Manaus; e as próprias Agendas Ambientais Escolares (Planos de Ações) das duas escolas *locus* da pesquisa; c) pesquisa de campo – realizada através de observação direta nas escolas e utilizando-se a técnica da entrevista semiestruturada e o questionário com os sujeitos da pesquisa.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, esses variaram de acordo com os sujeitos coletivos da pesquisa conforme discriminação a seguir:

a) Aos dois gestores, dois pedagogos e nove educadores (sendo um representante de cada uma das disciplinas do currículo do Ensino Fundamental) foi aplicada uma entrevista semiestruturada. Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152) além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

b) Aos sessenta educandos do 9º ano do Ensino Fundamental (sendo trinta de cada escola) foi aplicado um questionário. O questionário, segundo Gil, pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (1999, p. 128). O questionário, com perguntas abertas e fechadas, foi estruturado a partir dos objetivos da pesquisa e aplicado aos educandos das duas escolas foco da pesquisa.

Todos esses instrumentos possibilitaram interpretar as narrativas dos entrevistados também por meio da técnica de análise de conteúdo.

Para seleção das escolas *locus* da pesquisa, foram realizadas as seguintes etapas:

- ✓ A primeira teve como parâmetro as escolas que participaram do Programa Ciência na Escola – PCE³, em 2014, e que desenvolviam projetos de Educação

³ O Programa Ciência na Escola é uma ação de alfabetização científica e tecnológica, destinada aos estudantes e professores da educação básica do Amazonas. O Programa Ciência na Escola foi criado em 2004 pela FAPEAM onde, para se tornar realidade, foram firmadas parcerias entre a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas – SECT/AM e as secretarias estadual e municipais de ensino.

Ambiental. Nesse ano foram submetidos trinta (30) projetos de escolas municipais, os quais abrangiam diferentes áreas de conhecimento. Desses, apenas seis (06) estavam voltados para a Educação Ambiental. Inicialmente, foram pré-selecionadas as seis (06) escolas que se identificavam com a autoria dos projetos. Em duas (02) delas os projetos já haviam sido concluídos e em uma (01) o projeto não estava ativo, sendo assim, sobraram apenas três (03) escolas: duas na zona norte e uma na zona leste.

- ✓ A *segunda* etapa consolidou-se na definição de duas (02) escolas para efetivação da pesquisa, o que se deu da seguinte maneira: na Divisão Distrital Zonal (DDZ) Norte, tínhamos a opção por duas escolas. Para escolher uma das duas, atendemos os critérios de uma das coordenadoras do setor de Educação Ambiental da SEMED. Ela sugeriu uma escola, considerando ser a que mais efetivamente trabalhava a Educação Ambiental. Sua indicação, assim, foi acatada pelas pesquisadoras. Outra coordenadora, no Distrito da Zona Leste de Manaus, autorizou que fizéssemos a pesquisa na sua escola.

As duas escolas pesquisadas estão aqui referidas como A e B.

Resultados e Discussão

Antes de adentrarmos especificamente nos aspectos que caracterizam a prática pedagógica de Educação Ambiental das duas escolas *locus* da pesquisa, inicialmente serão mostradas as duas principais tendências da Educação Ambiental na visão de Isaia (2001).

Isaia (2001) identifica genericamente duas concepções da Educação Ambiental, uma *conservadora* e outra *crítica, emancipatória e transformadora*, em razão de que ambas apresentam projetos bastante diferentes de sociedade.

A primeira concepção, **conservadora**, reproduz o sistema social vigente, abrangendo valores de ordem política, econômica, social e cultural. Dessa forma, o conhecimento é evidenciado como elemento central do processo educacional, sendo ele considerado instrumento de preparação e adaptação dos indivíduos na sociedade.

Nesta concepção, a prática da Educação Ambiental tem por função preparar os educandos para atuarem na sociedade, respeitando suas características de desenvolvimento, e os valores culturais instituídos pelos grupos predominantes do poder (ISAIA, 2001).

A segunda concepção, **crítica, emancipatória e transformadora**, tem como compromisso a transformação da ordem social vigente, criticando a realidade historicamente dada, propondo a alteração nas injustas e nas relações de poder, tendo como base a participação do sujeito, proporcionando a autonomia e a emancipação dos educandos, a fim de exercer sua cidadania.

Nessa perspectiva, a prática da Educação Ambiental enfatiza os aspectos sociais, históricos e culturais do processo educacional, possuindo uma abordagem sociopolítica de valorização do indivíduo no âmbito coletivo, de interdisciplinaridade na organização do ensino, articulando o conhecimento com as questões socioambientais. Assim, a prática da Educação Ambiental busca a formação de sujeitos sociais críticos, sendo um instrumento de transformação, visando a ações críticas transformadoras no interior da sociedade capitalista (ISAIA, 2001).

Os pressupostos teóricos e práticos apontados por Isaia (2001) ao referir-se as duas tendências principais de abordagem da Educação Ambiental (conservadora e crítica, emancipatória e transformadora), também são objeto de análise da autora Tozoni-Reis (2007), que no contexto dessas concepções sintetiza algumas especificidades quanto às configurações da prática da Educação Ambiental, as quais destaca:

- ✓ *De fundo disciplinatório e moralista*: a prática da Educação Ambiental como promotora das mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados;
- ✓ *De fundo ingênuo e imobilista*: a prática da Educação Ambiental voltada para a sensibilização ambiental;
- ✓ *De caráter ativista e imediatista*: a Educação Ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza;
- ✓ *De caráter racionalista e instrumental*: a Educação Ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência uma relação mais adequada com o ambiente;
- ✓ *De caráter crítico, emancipatório e transformador*: a Educação Ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos, que tem como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social – socioambiental.

A seguir será apresentada uma análise mais detalhada sobre a prática de Educação Ambiental reproduzida nas duas escolas pesquisadas. Para tanto, considera-se as referências de Isaia (2001) e Tozoni-Reis (2007), que constituem a base teórica principal a ser utilizada neste estudo.

Inicia-se essa abordagem se debruçando sobre as determinações e orientações apresentadas pela SEMED no modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental Escolar, uma versão publicada pela secretaria em 2009.

O foco dessa análise, nesse primeiro momento, está nas diretrizes que se configuram nos passos a serem seguidos pelas escolas municipais de Manaus na formulação e na implementação de suas Agendas Ambientais, a fim de direcionar e fundamentar o desenvolvimento da prática pedagógica da Educação Ambiental.

Para a SEMED (2009), a Agenda Ambiental Escolar consiste em um plano de desenvolvimento e manejo ambiental que visa identificar as problemáticas socioambientais a partir da proposição de ações com objetivo de “solucionar e reduzir os impactos negativos”, decorrentes da interação com o meio ambiente, o qual “prioriza as potencialidades do ser humano visando ao Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a SEMED (2009), a Agenda Ambiental Escolar segue as diretrizes da Agenda 21 e está voltada para o desenvolvimento sustentável da realidade local de cada escola, objetivando ao exercício da cidadania e contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem e sensibilização para a sustentabilidade socioambiental do planeta.

Crespo (2000) assinala que a abordagem da Educação Ambiental no contexto da Agenda 21, resume-se em dois processos pedagógicos, que são considerados complementares: o primeiro seria o da *conscientização*, entendida pela autora “como compreensão das relações entre sociedades humanas e natureza, entre meio ambiente e desenvolvimento, entre os níveis global e local” (CRESPO, 2000, p. 226); e o segundo como *comportamento*, visto como “*desenvolvimento de atitudes menos predatórias e de habilidades técnicas e científicas orientadas para a sustentabilidade*” (CRESPO, 2000, p. 226 – Grifos nossos).

Esses aspectos apontados por Crespo (2000) se refletem no modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental da SEMED, pois a prática pedagógica da Educação Ambiental é direcionada para um viés conservador da Educação Ambiental ao resumir suas estratégias a um processo geral de “sensibilização da comunidade escolar para as questões socioambientais”.

Por outro lado, o objetivo geral da Agenda Ambiental da SEMED (2009) coloca as ações de Educação Ambiental como a base principal para o exercício da cidadania, com o papel de fortalecer o processo ensino e aprendizagem e a melhoria da qualidade de vida a partir da conservação/preservação ambiental.

Nesse sentido, a Agenda Ambiental da SEMED enfatiza o caráter transversal e tem sua abordagem voltada para o processo de “conscientização” da comunidade escolar, parte do princípio de que a questão socioambiental é um problema ambiental focalizado e desconsidera

o caráter global e complexo da crise ambiental e dos seus efeitos sociais e ambientais. A ênfase é na mudança de comportamento individual, por meio de informações e “sensibilização” ambiental.

Essas questões se tornam mais evidentes nas sugestões de temáticas da Agenda Ambiental da SEMED, conforme percebemos na tabela a seguir.

Tabela 01: Sugestões de temáticas da Agenda Ambiental da SEMED

I – Relações Interpessoais na Escola e Comunidade:	a) Relações de Valores: amor, amizade, solidariedade, respeito, competência, entusiasmo, verdade; b) Exercício de cidadania: direitos e deveres.
II – Ambiente Escolar	a) Conservação e proteção da escola: prédio, salas, pátios, corredores, banheiros, cantina, móveis, equipamentos, instalações elétricas, água, proteção de área verde; b) Entorno da escola.
III – Bairro e/ou Comunidade:	a) Conservação e Manutenção do Patrimônio Público; b) Ocupações desordenadas e moradias; c) Saúde e Segurança pública; d) Transporte e comunicação; e) Esporte e lazer; f) Saneamento e iluminação pública.
IV – Fauna e Flora:	a) Queimada e desmatamento; b) Arborização, proteção de áreas verdes e jardinagem c) Construção de hortas e viveiros de mudas (frutíferas, medicinais etc.); d) Cuidados com hábitat natural e preservação das espécies.
V – Recursos Hídricos	a) Captação: poços, rede de abastecimento, igarapé, rio, cacimba; b) Tratamento e qualidade; c) Consumo e desperdício; d) Doenças de veiculação hídrica.
VI – Poluição	a) Atmosférica; b) Visual; c) Água; d) Sonora; e) Solo.
VII – Lixo	a) Coleta, acondicionamento seletivo, transporte e destino; b) Importância dos 5 R's (Repensar, Reduzir, Recuperar, Reutilizar e Reciclar).
VIII – Energia	a) Fonte; b) Danos; c) Desperdício.
IX – Mudanças Ambientais Globais	a) Terra – Biosfera; Biodiversidade e Desflorestamento; b) Água – Hidrosfera; Recursos Hídricos e Desertificação; c) Fogo – Sociosfera; Energia e Mobilidade; Matriz Energética e transporte;

d) Ar – Atmosfera; Ar e Clima; Mudanças Climáticas.

Fonte - Elaborado pela pesquisadora a partir das informações na AAE em seu formato documental, 2015.

Nessas sugestões de temáticas evidenciamos uma prática pedagógica da Educação Ambiental que tem suas referências em uma concepção “conservadora”, voltada para o discurso da “sensibilização” no qual se reforçam práticas individuais e comportamentalistas. Essa noção está vinculada à mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa socioambiental.

Notamos alguns elementos contraditórios, que denotam uma lacuna profunda no que se refere aos aspectos teóricos que embasam o modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental da SEMED e as sugestões de temáticas propostas, que se referem à prática pedagógica da Educação Ambiental nas escolas municipais de Manaus.

Dentre os quais, verificamos que: a) as “temáticas sugeridas” não considerava a interligação entre as problemáticas sociais e as ambientais, uma vez que o teor do conteúdo a ser abordado focalizava primariamente as problemáticas ambientais e deixavam em segundo plano a abordagem das problemáticas sociais; b) os aspectos discutidos sobre a “visão holística da realidade socioambiental” enfatizados no documento foram deixados de lado, já que nem mesmo as particularidades da região amazônica eram abordadas;

Enfim, são temáticas planejadas a partir da compreensão da crise ambiental sob o ponto de vista acrítico e ingênuo, já que, apesar de compreender que a questão socioambiental se refere às consequências sociais e ambientais, discute suas manifestações de forma fragmentada e muitas reflexões teórico/prático.

Nesse contexto, das “temáticas sugeridas”, a Educação Ambiental é direcionada para o uso racional dos recursos naturais e para a manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem. Ela tem suas raízes no ambientalismo pragmático e em concepções de educação tecnicistas (CRESPO, 2000).

Essas questões são mais aprofundadas nas sugestões de algumas ações para abordagem da Educação Ambiental no modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental da SEMED, as quais são consideradas como uma “referência” a serem seguidas pelas escolas no que concerne à dinâmica organizacional de suas Agendas Ambientais e cita como exemplo as seguintes atividades: a) *Caminhadas*, b) *Palestras*, c) *Música*, d) *Horta escolar*, e) *Desfile cívico*, f) *Dança*, g) *Produção de mudas*, h) *Gincana cultura*, i) *Teatro*, j) *Grupos de debate*

(*escola/comunidade*), k) *Cartazes*, l) *Campanhas*, m) *Mural*, n) *Discussão das temáticas em sala de aula*.

Verificamos que essas ações educativas tinham pouco alcance e aprofundamento teórico/prático já que se baseavam na ideia de que é preciso sensibilizar para preservar, um discurso focado na “mudança de comportamento”, sem que as ações gerem uma reflexão crítica sobre a crise ambiental.

A maioria dessas propostas estavam associadas às comemorações da “Semana do Meio Ambiente”. Em outras palavras, as ações eram a curto prazo e caracterizavam-se como pontuais e paliativas, como podemos perceber nos exemplos das atividades como: *caminhadas, palestras, confecção de cartazes; Produção de mudas, Campanhas e Murais*.

Diante disso, notamos que essas ações se baseiam na perspectiva conservadora da Educação Ambiental, visto que eram limitadas e condicionavam a abordagem da Educação Ambiental a “um processo geral de sensibilização e conscientização” dos indivíduos, na busca de soluções para os problemas socioambientais impressos na proposição das diretrizes a serem seguidas.

Nessas circunstâncias, a Educação Ambiental evidenciada no modelo modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental Escolar da SEMED fundamenta-se numa perspectiva *conservadora* (ISAIA, 2001) e caracteriza-se com *fundo ingênuo e imobilista*, isto é, tem seu discurso voltado basicamente para a sensibilização ambiental (TOZONI-REIS, 2007).

Destarte, essa concepção de Educação Ambiental apela para o desenvolvimento da *afetividade* e a *sensibilidade* na relação com a natureza, a fim de tornar as pessoas mais suscetíveis e sensíveis às campanhas de preservação da natureza (LOUREIRO, 2004; QUINTAS, 2009).

Por esse ângulo, a prática da Educação Ambiental é “entendida enfaticamente em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas de sensibilização, com a secundarização ou baixa compreensão de que a relação do eu com o mundo se dá por múltiplas mediações sociais” (LOUREIRO, 2004, p. 80). Portanto, denota-se uma tendência de alteração de atitude descontextualizada da realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004). Ou seja, reproduzem a hegemonia dos padrões dominantes (sistema capitalista) e favorecem a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas (TOZONI-REIS, 2007).

É preciso buscar novas propostas de efetivação da Educação Ambiental no contexto das Agendas Ambientais Escolares, o foco deve ser nas ações de curto e de longo prazo para a abordagem da Educação Ambiental baseada em uma perspectiva *crítica, emancipatória e transformadora*.

A Educação Ambiental deve estar voltada para uma ação reflexiva, coletiva, para a relação interativa em que seu conteúdo esteja para além dos livros, ou seja, na realidade socioambiental dos educandos, ultrapassando os muros das escolas. É uma Educação política voltada para a intervenção socioambiental entendida como um ambiente educativo e que contribui para a transformação da sociedade em suas relações (GUIMARAES, 2007).

Para um aprofundamento maior sobre a forma como estava sendo efetivada a Educação Ambiental nas escolas municipais de Manaus centralizamos nossas análises nos processos de elaboração e implementação das duas Agendas Ambientais (Planos de Ações) das escolas pesquisadas, verificando se as elas foram construídas considerando as bases teóricas/práticas que fundamentam o modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental da SEMED (2009).

Considerando os dados e as informações disponíveis nos Planos de Ações das duas escolas, os quais evidenciam as etapas de elaboração e implementação de suas Agendas Ambientais, constatamos algumas contradições em relação a sua estrutura organizacional, as quais se refere as seguintes questões: **a)** as Agendas das duas escolas não cumpriam todas as diretrizes estabelecidas no modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental da SEMED. Trata-se do não cumprimento de algumas etapas pré-definidas e que deveriam ser operacionalizadas durante o processo de elaboração e implementação das Agendas de ambas as escolas; **b)** não identificamos processos de participação social na elaboração e nem tampouco na implementação das Agendas das escolas. Ou seja, os instrumentos utilizados nas tomadas de decisões eram incapazes de promover a participação de todos os atores sociais que compunham a comunidade escolar das escolas; **c)** as Agendas Ambientais em ambas as escolas eram inoperantes, em outras palavras, não havia uma preocupação em colocarem em prática o que havia sido definido no Plano de Ações das Agendas; **d)** a falta de interesse das escolas pesquisadas em desenvolver a Agenda Ambiental, não considerando os problemas socioambientais como problema para as escolas.

Quanto às Agendas Ambientais das escolas, constatou-se que o principal motivo de sua existência era porque tratava-se de uma exigência obrigatória da SEMED (o documento depois de elaborado era arquivado), e não enquanto instrumento utilizado para a efetivação da prática da Educação Ambiental nas escolas. Ou seja, não havia indicações de compromisso efetivo com a implementação da Agenda Ambiental nas escolas, da forma como se propõe no modelo técnico/pedagógico da SEMED.

Diante dos desafios que a crise ambiental nos impõe, a escola precisa refletir sobre suas contribuições da Agenda Ambiental no alcance da sustentabilidade no contexto educacional, em relação à Agenda Ambientais das escolas municipais de Manaus, dentre tantas outras

observações, é necessário que: **a)** sejam cumpridas todas as etapas que envolvem seu processo de elaboração e implementação; **b)** maior esclarecimento aos educadores e educandos sobre as contribuições da Agenda Ambiental no enfrentamento dos demandas socioambientais; **c)** um melhor acompanhamento da SEMED no processo de consolidação da Agendas Ambientais nas escolas.

Desse modo, diante das questões a cima citadas, *recomendamos uma reformulação em todo o percurso que compreende a lógica de organização da Agendas Ambientais nas escolas.* Todas as mudanças devem ter como prioridade a efetivação da prática pedagógica da Educação Ambiental nas escolas. Para tanto, é preciso compreender o papel significativo da Educação Ambiental enquanto instrumento de enfrentamento/ intervenção nas demandas da questão socioambiental no âmbito escolar.

Os discursos dos educadores – tanto os da escola A quanto os da escola B – evidenciaram algumas questões que nos permitiram analisar alguns aspectos da relação das Agenda Ambiental com a prática docente em sala de aula. Dentre os quais destacam-se: **a)** o desconhecimento da maioria dos educadores das duas escolas sobre o conteúdo da Agenda: alguns educadores afirmaram não estabelecer nenhuma relação entre a Agenda e a sala de aula; ou, quando disseram estabelecer, não souberam detalhar de que forma ocorria. Isso tornou evidente que essa postura se dava porque os educadores não conheciam o conteúdo do documento. Certamente isso aconteceu porque os educadores em sua maioria, não participaram de forma efetiva do processo de elaboração e implementação das atividades propostas nos Planos de Ações, o que inviabilizou a sua abordagem em sala aula; **b)** o fato excepcional de somente os educadores do ensino de Ciências saberem de forma mais detalhada sobre o conteúdo da Agenda: foi constatado que esses educadores (os da área Ciências) participaram ativamente da elaboração dos Planos de Ações, o que justifica os mesmos estabelecerem uma relação entre o conteúdo da Agenda e sua abordagem em sala de aula; **c)** a pouca articulação entre as atividades previstas nas Agendas e as que eram desenvolvidas no contexto de sala de aula. Isso explica o fato de os educadores, ao reportarem-se ao conteúdo da Agenda, ligarem-no apenas à Semana do Meio Ambiente.

Quanto aos parâmetros pedagógicos que eram considerados referência para o planejamento das práticas de Educação Ambiental, os educadores de ambas as escolas tinham como base os seguintes documentos: **a)** Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs: os educadores enfatizaram o caráter transversal da Educação Ambiental e que, em função disso, usavam os PCNs para planejar as suas práticas sobre o tema; **b)** Proposta Pedagógica de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da SEMED: os educadores disseram que para planejar essas

ações recorriam aos fundamentos evidenciados nos “temas sociais contemporâneos” da Proposta Pedagógica da SEMED; c) Não utilizavam nenhuma referência para planejar as aulas que tratavam sobre a Educação Ambiental: esses educadores desconheciam qualquer fundamentação teórico/prática de abordagem da Educação Ambiental.

Contudo, apesar dos relatos evidenciados a cima, os educadores disseram que atualmente esses parâmetros utilizados para o planejamento das ações de Educação Ambiental foram deixados em segundo plano para dar espaço a dinâmica pedagógica do Sistema de Ensino Aprende Brasil⁴, da editora Positivo, o qual, segundo os educadores, *não contempla a abordagem dos temas transversais nas suas diretrizes* e que, portanto, negligencia a prática da Educação Ambiental nas escolas.

Consideramos juntamente com Guimarães (1995, p. 42) que

no planejamento da Educação Ambiental deve-se considerar que os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento serão o ponto de partida para proceder-se a reelaboração com vistas à produção de novos conhecimentos, aplicados à realidade no sentido de transformá-la.

Além de desconhecem e, por isso, não efetivarem as ações planejadas nas Agendas Ambientais das escolas, os educadores também demonstraram empreender de forma incipiente uma relação com o que se compreende por Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora (ISAIA, 2001).

Quando inquiridos se a Educação Ambiental estava presente nas disciplinas do currículo, suas respostas conduziram às seguintes constatações: **a)** desconhecimento de que a Educação Ambiental é um dos temas transversais, disseminado na temática Meio Ambiente; **b)** conheciam a caráter transversal da Educação Ambiental, mas não a inseriam no conteúdo de suas disciplinas, alegando os seguintes motivos: falta de tempo e a excessiva preocupação em melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; **c)** não compreendiam que essa temática deveria ser tratada de forma interdisciplinar e por isso não a incluíam no conteúdo de suas disciplinas; **d)** consideravam que a Educação Ambiental era abordada em algumas ocasiões exclusivas do calendário escolar; **e)** estabeleciam uma estreita ou exclusiva ligação entre a Educação Ambiental somente com o ensino de Ciências (os educadores de Ciências das duas escolas confirmaram que essa ideia ainda persiste no contexto escolar).

⁴ É um sistema de ensino que oferece um conjunto de soluções para potencializar a qualidade da rede pública de ensino. Os conteúdos de um ano dão continuidade aos do período anterior, garantindo uma aprendizagem progressiva, articulada e interdisciplinar para os alunos do município. Informações retiradas do site da Editora Positivo, disponível em: <http://editorapositivo.com.br/editora-positivo/sistemas-de-ensino/aprende-brasil.html>. Acesso: dia 12 de setembro de 2015.

Nessas afirmações dos educadores, chamam a atenção o equívoco de conceber a prática da Educação Ambiental associada ao ensino das disciplinas Ciências e Geografia. Infelizmente está ainda é uma concepção naturalmente disseminada no contexto atual das duas escolas pesquisadas. Isso mostra que muitos educadores consideravam a Educação Ambiental como um instrumento responsável pela transmissão de conhecimentos técnicos científicos ligados somente aos aspectos biológicos (TOZONI-REIS, 2004).

Barcelos e Noal afirmam que essa compreensão de que a “questão ambiental só pode ser trabalhada em algumas disciplinas, ou fora da sala de aula, é uma ideia muito presente na escola” (1998, p. 104) (constatamos essa noção em alguns educadores nas duas escolas pesquisadas). No entanto, consideramos que esse tipo de abordagem se baseia em uma percepção reducionista da questão socioambiental e em muitas situações essa forma de concebê-la inviabiliza a efetivação de uma prática da Educação Ambiental sob o viés crítico, emancipatório e transformador no contexto escolar.

Reigota (2011), quando se refere à prática da Educação Ambiental no contexto escolar, evidencia que a sua associação com as disciplinas tradicionais, como Biologia, Geografia e Ciências é um dos “principais equívocos”.

Reigota afirma ainda que

O conteúdo dessas disciplinas permite que vários aspectos do meio ambiente sejam abordados, mas sua prática pedagógica mais tradicional procura *transmitir* conteúdos científicos ou, na sua versão mais moderna, *construir* conceitos científicos específicos dessas disciplinas, como se a *transmissão* e/ou construção de conhecimentos científicos por si só fossem suficientes para a Educação Ambiental se realizasse. (2011, p. 84 – Grifos do autor)

Nesse contexto, enfatizamos que a prática da Educação Ambiental nas escolas não pode ser reduzida às áreas do conhecimento da Biologia, Ecologia, Geografia ou Ciências, e, tampouco, “não se trata apenas da compreensão do ambiente”, sobre “as externalidades das formações teóricas centradas em seus objetos de conhecimento” (LEFF, 2009, p. 21). Mas, da construção de “sentidos coletivos e identidades compartilhadas”, que formam variadas “significações culturais”, na perspectiva de um novo paradigma que nos leve a um futuro ancorado na concepção de sustentabilidade (LEFF, 2009).

Notamos que a prática da Educação Ambiental em ambas as escolas, no contexto da sala de aula (atrelada ou não às ações das Agendas Ambientais), *estavam condicionadas às atividades desenvolvidas na Semana do Meio Ambiente e circunstancialmente voltavam-se para o enfrentamento das demandas socioambientais específicas e iminentes no ambiente escolar.*

Então, observamos que a prática pedagógica da maioria dos educadores em quaisquer dessas condições citadas se caracterizavam principalmente por “conversas informais”, condicionadas a um discurso de mudança de atitudes em que se apela para “conscientização ambiental” dos educandos.

Essas questões são evidenciadas pelos educadores, ao afirmarem aspectos de sua prática junto aos educandos tais como: “é preciso conservar o meio ambiente”, “não podemos jogar lixo no chão”, “vamos conservar a escola”, e tantas outras ações que caminhavam nessa mesma direção.

Notamos também que esses educadores tratavam a Educação Ambiental preferencialmente com o viés preservacionista, fato que segundo Gouvêa pode ser em decorrência de dois fatores principais:

o primeiro [...] diz respeito à questão da formação do professor, uma vez que esta se desenvolve, no contexto atual, com um forte componente fragmentador, o que direciona uma prática também fragmentada, gerando a não valorização da educação como processo integral; o segundo, um resquício histórico, para o qual a questão da Educação Ambiental se configura com o mesmo tratamento dado pelos movimentos ambientalistas – de forma puramente preservacionista (GOUVÊA, 2006, p. 169).

Nesse cenário, evidenciamos que a prática pedagógica de Educação Ambiental dos educadores apresentava características da concepção da Educação Ambiental “conservadora” (ISAIA, 2001). Isso significa que em ambas as escolas a Educação Ambiental se baseava em uma concepção de “fundo disciplinatório e moralista” (TOZONI - REIS, 2007). Assim, a Educação Ambiental, concebida como “conscientização ambiental”, funda-se em conhecimentos científicos para explicar os efeitos da degradação ambiental e que, para esses educadores, possibilitariam ao educando uma relação mais adequada com o ambiente em que ele vive, visto que as ações tinham o foco na “mudança de comportamentos considerados ambientalmente incorretos”.

Segundo Loureiro, a prática de Educação Ambiental “conservadora ou comportamentalista”, centra-se no indivíduo, “no alcançar a condição de ser humano integral e harmônico, pressupondo a existência de finalidades previamente estabelecidas na natureza e de relações ideais que fundamentam a pedagogia do consenso” (2004, p. 80). Ou seja, de acordo Loureiro (2004), há uma “despolitização do fazer educativo ambiental”, com práticas educativas baseadas na mudança de comportamento.

A forma como desenvolvem as práticas educativas de Educação Ambiental nessas escolas articula-se ao que Leff (1999) ressalta:

A educação ambiental foi reduzida a um processo geral de conscientização cidadã, à incorporação de conteúdos ecológicos e ao fracionamento do saber ambiental a uma capacitação aligeirada sobre problemas pontuais, nos quais a complexidade do conceito de ambiente foi reduzida e mutilada, perdendo de vista a construção de outra racionalidade produtiva que encontre outras bases para o falso dilema do neoliberalismo ambiental entre crescimento econômico e os custos ecológicos (1999, p. 126).

Nesse sentido, Leff (1999) afirma que o cerne da Educação Ambiental é a problematização dos valores, atitudes e comportamentos que constroem a realidade socioambiental dos educandos.

Sendo assim, Leff (1999) enfatiza que:

os objetivos da Educação Ambiental não se alcançam com o ensino de métodos sistêmicos, com uma prática pedagógica interdisciplinar ou com a incorporação de uma matéria de caráter integrador – a ecologia – dentro dos programas existentes. A Educação Ambiental exige a criação de um saber ambiental e sua assimilação transformadora às disciplinas que deverão gerar os conteúdos concretos de novas temáticas ambientais (LEFF, 1999, p. 211).

Nesse caso, é preciso avançar nas ações pedagógicas de Educação Ambiental que permeiam as atividades das duas escolas, que reflitam essa compreensão devam “superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental” (GUIMARÃES, 2004, p. 32).

Para isto, é preciso conscientizar, no sentido posto por Paulo Freire: “*A conscientização está baseada na relação consciência-mundo*” (FREIRE, 1980, p. 26-27), consistindo no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização comporta, pois, um “ir além da apreensão da realidade, fase espontânea, até chegar a uma fase crítica na qual a realidade se torna um objeto cognoscível e se assume uma posição epistemológica, procurando conhecer” (FREIRE, 1980, p. 290). Constitui-se assim a *consciência crítica*, que “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas relações causais e circunstanciais”.

A *consciência ingênua*, contrário da outra, crê-se superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, julga-se livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada” (FREIRE, 1976, p. 105). Pode-se afirmar, então, que as reduzidas práticas de Educação Ambiental desenvolvidas nas duas escolas estão formando nos educandos apenas *consciências ingênuas*.

Entendemos que a educação para a sustentabilidade implica em configurações centradas em conteúdos e vivências, em direção a novas práticas de aprendizagem, as quais devem considerar as “relações de produção de conhecimento e os processos de circulação, transmissão e disseminação de saber ambiental. Isto traz a necessidade de serem incorporados os valores ambientais e os novos paradigmas do conhecimento” (LEFF, 1999, p. 127), na formação de novos sujeitos para uma prática da Educação Ambiental sob o viés da sustentabilidade.

Considerações finais

Diante da complexidade da crise ambiental, a efetivação da prática pedagógica da Educação Ambiental ainda é um grande desafio para a escola na contemporaneidade, principalmente pela forma como tem sido pensada e praticada sob o viés da perspectiva conservadora da Educação Ambiental.

A pesquisa mostrou que o modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental Escolar da SEMED é um documento que apresenta um certo avanço na abordagem da Educação Ambiental nas escolas municipais de Manaus, principalmente no que se refere aos pressupostos teóricos de análise da questão ambiental, pois preconiza aspectos como a interligação entre as problemáticas sociais e ambientais – tratando-as como questões socioambientais. No entanto, apesar de direcionar suas ações para o enfrentamento dessas demandas no contexto escolar, baseia-se no viés conservador da prática da Educação Ambiental.

Ao analisarmos o processo de elaboração e implementação das Agendas Ambientais das duas escolas pesquisadas, observamos que não obedecem, integralmente, o formato organizacional previsto no modelo técnico/pedagógico da Agenda Ambiental da SEMED e, acerca disso, imprime várias “fragilidades” como, por exemplo, a falta de participação de todos os sujeitos da comunidade escolar em nenhuma das etapas do processo. Além disso, constatamos a inoperância da Agenda Ambiental nas escolas, já que a maioria dos educadores e educandos não tinham conhecimento de suas atividades.

As práticas pedagógicas de Educação Ambiental no contexto da sala de aula mostraram-se desenvolvidas principalmente pelas disciplinas de Ciências e Geografia, assim como através de projetos temáticos ou de atividades extracurriculares e pontuais, consistindo em atividades esporádicas.

Neste caso, a Educação Ambiental apresentou-se sob um viés conservador, tratada de forma pontual e superficial, empreendida em datas comemorativas voltadas à preservação do Meio Ambiente, buscando somente formar “consciência ecológica” sob o ponto de vista

individualista. Notou-se, ainda, que o conteúdo que orienta estas práticas pedagógicas por vezes está “desconectado” das particularidades que caracterizam os aspectos da realidade regional.

Assim, a Educação Ambiental que vem sendo abordada nas duas escolas pesquisadas contradiz os princípios que fundamentam a Educação Ambiental numa perspectiva crítica, emancipatória, voltada para o alcance da sustentabilidade.

Referências

BARCELOS, V.H.L.; NOAL, F.O. *A temática ambiental e a educação: uma aproximação necessária*. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V.H.L. (Orgs). *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 97-112.

CRESPO, Samyra. *Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21*. In NOAL, F.O.; REIGOTA, M. & BARCELOS, V.H.L. (orgs.). *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GOUVÊA, G. R. R. *Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental*. *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 27, p. 163-179, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, M. *A formação de educadores ambientais*. Campinas: Papirus, 2004.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papirus, 1995

LEFF, Enrique. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável*. In: REIGOTA, Marcos (org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFF, Enrique. *Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes*. *Revista Educação & Realidade*. 2009. Disponível em: seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/9515/6720. Acesso em 14.09.2016.

ISAIA, E. M. B. I. *Reflexões e práticas para se desenvolver Educação Ambiental na escola*. 2 ed. Santa Maria: Ed. UNIFRA/IBAMA, 2001. 176 p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação Ambiental Transformadora*. In. LAYRARGUES, P. P. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MINAYO, Cecília. *Pesquisa Social*. 28 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

QUINTAS, J. S. *Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico*. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-79.

REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MANAUS – SEMED. *Formato técnico-pedagógico da Agenda Ambiental Escolar- AAE/ 2009*.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Formação Dos Educadores Ambientais e Paradigmas em Transição*. *Ciência & Educação*, v.8, nº1, p.83 – 96, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n1/07.pdf>.

TRISTÃO, M. *Educação ambiental na formação de professores: redes de saberes*. São Paulo: Annablume, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.